



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010895-83.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **MARIANA NOGUEIRA DINIZ**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que há aproximadamente oito anos contratou com a ré a prestação de serviços de telefonia, o que perdurou até junho de 2014.

Alegou ainda que nessa época a ré, após contato, promoveu a troca de uma "caixinha", cujo nome não se recordou, mas desde então deixou de prestar aqueles serviços.

A preliminar suscitada em contestação pela ré não merece acolhimento porque a realização de perícia é à evidência prescindível para a solução do feito.

Rejeito-a, pois.

No mérito, a ré salientou que está efetuando a troca da tecnologia da telefonia à autora, passando para o sistema FWT.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Já certidão de fl. 89 constatou que a autora permanece sem poder utilizar os serviços dessa natureza a cargo da ré, tendo esta asseverado que *"está tomando todas as providências cabíveis para cumprir com eficiência a obrigação determinada"* (fl. 92, primeiro parágrafo), na esteira da decisão de fls. 09/10, item 1.

Assentadas essas premissas, reputo que a pretensão deduzida merece integral acolhimento.

Quanto ao restabelecimento dos serviços de telefonia, a obrigação da ré é indiscutível.

Não a beneficia o argumento de modificação da tecnologia empregada, já que isso não basta para justificar a situação posta.

Vale lembrar que a ação foi ajuizada no dia 20 de outubro com a autora sustentando estar privada dos serviços desde junho.

Sobreveio a decisão de fls. 09/10, mas em decorrência da certidão de fl. 89 esse último decisório não restou cumprido, de sorte que a condenação da ré ao restabelecimento dos serviços transparece incontroversa.

A autora, ademais, fará jus à manutenção do mesmo número que utilizava anteriormente, não tendo a ré oferecido fundamento concreto que demonstrasse a impossibilidade disso suceder.

Por fim, a restituição do valor das faturas com vencimento em junho e julho de 2014 igualmente se impõe.

A ré não negou especificamente que desde essa época a autora já não podia fazer uso dos serviços em pauta e muito menos comprovou ter-lhe colocado à disposição algum tipo de atividade.

Bem por isso, e como forma de evitar o indesejável enriquecimento sem causa da ré (com a percepção de valores sem qualquer contraprestação de sua parte), a autora faz jus à devolução postulada.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para: 1) condenar a ré a restituir à autora a quantia de R\$ 63,18, acrescida de correção monetária, desde junho/2014 (época do início dos problemas trazidos à colação), e juros de mora, contados da citação; 2) condenar a ré a no prazo máximo de cinco dias restabelecer os serviços da linha telefônica da autora (nº (16) 3398-7311) em sua residência, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de 5.000,00 (cinco mil reais).

Torno definitiva a decisão de fls. 09/10, item 1.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação de fazer prevista no item 1 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no item 2 supra em quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**